

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
CMAS**

1 Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a
2 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, no auditório
3 da sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situado na Avenida Juscelino
4 Kubitschek, nº 2896, Centro, em Londrina – Paraná, sob a presidência da conselheira
5 Josiani Severino dos Santos Nogueira. Registraram presença os(as) conselheiros(as)
6 Cláudio Márcio de Melo, Adriana Aparecida dos Santos, Cláudia Lanzzone, Elisângela
7 Silva de Araújo, Ana Maria do Nascimento, Ana Cristina Gois Fuentes, Josiani Severino
8 dos Santos Nogueira, Jenifer Araújo Barros Bilar, Fernanda de Mello Nogueira, Roseli
9 Rodrigues de Souza, Cássia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos Santos Coronato, Izabel
10 Feijó Oliveira Flores, Luiz Fernando da Silva, Isabela de Barros Vilas Boas, Neverton
11 Noia da Silva, Ana Beatriz S. Pimentel, Lygia Mariane Bordonal, Denise Maria Fank de
12 Almeida, Pamela Rachel Gonçalves Alves, Luygy Fernando Campos da Silva e Cleide
13 Oberle. Registraram justificativa de ausência Gleycielle Tamires Kawana dos Santos,
14 Aline Índio do Brasil e Danielle Godoi A. Rodrigues. Também estiveram presentes os
15 seguintes participantes e convidados André Luis Barbosa, Karen Delmiro, Maria Vitoria
16 J. da Silva, Aparecida Giovana da Silva Gonçalves, Eder Domingos Ribeiro, Natalia C.
17 Figueiredo, Isabel Cristina G. M. Patrocino, Jenifer Pelisson, Juliana G. Catarino, Maysa
18 R. P. Utimata, Joanne F. Araujo, Debora Campos Pereira e Myrian Kelly Naves. A reunião
19 teve início às 13:47 horas, com a apresentação da pauta pela Presidente, que informou os
20 seguintes itens: 1. aprovação da pauta 2. Aprovação das atas das reuniões de 22 de julho
21 de 2026 e 12 de agosto de 2026; 3. apresentação e deliberação sobre remanejamento
22 orçamentário da Proteção Social Especial; 4. apresentação e deliberação sobre aditivo da
23 Proteção Social Especial; 5. relatos a) da Comissão de Fundo e sobre o cronograma das
24 comissões; b) relato da Mesa Diretora acerca da participação no Fórum de Controle Social
25 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR e da resposta ao ofício enviado ao
26 CMAS de Tamarana; c) relato de usuários; e 6. informes. Durante a apresentação da pauta,
27 a conselheira Ana Cristina Gois Fuentes solicitou a inclusão de item destinado à revisão
28 da resolução referente à deliberação sobre a proposta orçamentária para 2027, aprovada
29 na reunião extraordinária anterior, considerando dúvidas quanto à redação e ao conteúdo
30 da resolução. Após discussão quanto à ordem dos itens, a inclusão foi acolhida, ficando
31 prevista após a apresentação e deliberação dos assuntos da Proteção Social Especial. Na
32 sequência, procedeu-se à votação da pauta. Inicialmente foi constatada a presença de
33 quinze conselheiros, sendo informado que seriam necessários dezoito membros para as
34 deliberações orçamentárias, razão pela qual se aguardou a chegada de outros
35 conselheiros. Em seguida, foram submetidas à apreciação as atas das reuniões realizadas
36 em 22 de julho de 2026 e 12 de agosto de 2026. Não havendo manifestações quanto ao
37 conteúdo, as atas foram aprovadas pela plenária. Durante esse momento, foi novamente
38 verificada a necessidade de composição do quórum para as deliberações orçamentárias,
39 tendo sido posteriormente alcançado o número necessário para prosseguimento das
40 matérias. Passou-se ao terceiro item da pauta, referente à apresentação e deliberação sobre
41 remanejamento orçamentário da Proteção Social Especial. A apresentação foi realizada
42 por Juliana Catarino, psicóloga e gerente dos serviços de média complexidade, que
43 informou tratar-se de duas solicitações de transformação de parte de parcelas de custeio

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
CMAS**

em recursos para despesas de capital, destinadas a parcerias da média complexidade. A primeira solicitação referia-se ao Programa Reata, executado pela organização Nuselon, no valor de R\$ 12.500,00, destinado à aquisição de notebooks, bebedouro, caixa de som, microfone, garrafa térmica, chaleira elétrica e lavadora, visando melhorar a estrutura necessária à execução do serviço e as condições de trabalho da equipe. Foi informado que a parcela mensal recebida pela organização é de R\$ 33.797,15 e que a parceria possui saldo e condições financeiras para realizar o remanejamento sem comprometer as despesas correntes. A segunda solicitação referia-se ao Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas e suas Famílias – SPSEPCDI, executado pela organização Flávia Cristina, no valor de R\$ 61.500,00, para aquisição de mobiliário, equipamentos eletrônicos e equipamentos de ambientação, como ventiladores e aquecedores, com o objetivo de qualificar o atendimento aos usuários e as condições de trabalho dos profissionais. A parcela mensal da parceria é de R\$ 97.204,80, tendo sido igualmente informado que existe saldo e capacidade financeira para o remanejamento. As propostas haviam sido analisadas previamente pela Comissão de Fundo, que apresentou parecer favorável. Durante a discussão, a conselheira Ana Cristina questionou como ficaria a destinação dos bens adquiridos com os recursos de capital caso a parceria fosse encerrada. Juliana esclareceu que os bens deverão permanecer vinculados ao serviço e, em caso de encerramento da parceria, serão destinados conforme a legislação e as providências da Administração, podendo ser utilizados na continuidade da oferta por nova parceria. Ana Maria sugeriu que constasse expressamente na resolução que, encerrada a parceria, os bens retornariam à Secretaria para posterior destinação, observando-se a legislação aplicável. Cláudio acrescentou que a redação poderia registrar o retorno dos bens à Secretaria, cabendo à Administração definir sua destinação, evitando vinculação automática a uma eventual organização que venha a assumir o serviço. Ana Cristina destacou que a previsão expressa constituiria medida de resguardo e registro para o Conselho. A Comissão de Fundo reiterou seu parecer favorável, considerando a existência da demanda, a necessidade apresentada e a informação sobre a situação financeira das parcerias. Colocada a matéria em votação, a plenária aprovou as duas solicitações de remanejamento, relativas ao Programa Reata/Nuselon, no valor de R\$ 12.500,00, e ao SPSEPCDI – AFC, no valor de R\$ 61.500,00, com a previsão de que a resolução contemplasse a destinação dos bens de acordo com a legislação e o retorno à Administração para definição de sua utilização em caso de encerramento da parceria. Na sequência, passou-se ao item referente ao aditivo da Proteção Social Especial, apresentado por July Anne, gerente dos serviços para pessoas em situação de rua. Inicialmente, a gestora explicou que, em reunião realizada no mês de junho, havia sido aprovada a oferta provisória de trinta refeições diárias no serviço de pernoite, enquanto não fosse implantado o serviço complementar ao Centro POP, que deverá contemplar alimentação, jantar, espaço de convivência e espaço para lavagem de roupas. Informou que foram consultadas as organizações da sociedade civil inscritas no Conselho, não tendo sido identificada, naquele momento, organização interessada na execução do serviço, razão pela qual o edital encontrava-se em processo de análise pela Procuradoria-Geral do Município. Diante disso, foi solicitada a prorrogação da oferta das trinta

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
CMAS**

87 refeições diárias no pernoite, no valor mensal de R\$ 16.200,00, até a implantação do novo
88 serviço, posteriormente delimitada nas discussões ao período máximo correspondente ao
89 exercício de 2026, ou seja, até 31 de dezembro de 2026. Foi informado ainda que, além
90 das trinta refeições no pernoite, eram ofertadas vinte refeições no Restaurante Popular e
91 seis metas de higiene e alimentação no SOS, totalizando cinquenta e seis ofertas diárias
92 mencionadas pela gestão. Em relação à Operação Noite Fria, July, informou que a ação
93 havia iniciado oficialmente em 9 de maio de 2026, em razão das baixas temperaturas, e
94 que, até aquele momento, havia registrado 2.118 acessos, sendo 489 em maio, 959 em
95 junho e 670 em julho. O valor destinado inicialmente para o período de maio a setembro
96 era de R\$ 74.445,00, com pagamento de R\$ 48,25 por acesso. Informou também que, em
97 junho, havia sido aprovado remanejamento de R\$ 20.200,00 para a operação, recursos
98 que já haviam sido utilizados, permanecendo déficit aproximado de R\$ 8.000,00
99 relacionado aos acessos de julho. Diante desse cenário, foi solicitada autorização para
100 novo aporte de R\$ 50.000,00, considerado suficiente pela gestão para manutenção da
101 operação até o mês de setembro de 2026. A gestora esclareceu que os recursos seriam
102 provenientes de remanejamento interno da Secretaria Municipal de Assistência Social.
103 Durante o debate, André, representante da população em situação de rua, manifestou
104 preocupação quanto à suficiência e à efetividade das ofertas destinadas à população em
105 situação de rua, relatando que havia expectativa de implantação de um serviço com oferta
106 ampliada de alimentação e atendimento durante o dia. Apresentou ainda considerações
107 sobre as dificuldades enfrentadas para implantação do novo serviço e sobre a necessidade
108 de continuidade das tratativas entre os órgãos envolvidos. Cláudio esclareceu que a
109 Secretaria vinha buscando organizações interessadas na execução do serviço e realizando
110 tratativas para viabilizar sua implantação, destacando a complexidade da oferta, que não
111 se restringe à alimentação e envolve equipe técnica e demais componentes necessários à
112 execução do serviço. Informou que havia sido realizada nova reunião com organização
113 que demonstrara interesse em executar a proposta e que estavam sendo buscadas
114 alternativas para viabilizar financeiramente a execução. Na discussão, André apresentou
115 também a expectativa de que a oferta de alimentação alcançasse quantitativo maior de
116 refeições e estivesse articulada a um serviço de atendimento durante o dia. Ana Cristina,
117 por sua vez, relatou que, a partir da experiência no Centro POP, vinha sendo observada
118 dificuldade relacionada à distância entre o local de retirada dos vouchers e o serviço de
119 pernoite, o que poderia comprometer a efetividade da oferta das trinta refeições. Sugeriu
120 que, durante o período de prorrogação, fossem avaliadas alternativas relacionadas ao
121 fluxo e à localização da oferta. Jenifer Bilar acrescentou que a questão da distância já
122 vinha sendo considerada pela gestão e que o fluxo poderia ser reavaliado. A Comissão de
123 Fundo apresentou parecer favorável às solicitações, considerando necessária a
124 continuidade da oferta de alimentação no pernoite enquanto não implantado o serviço
125 complementar e avaliando como viável o remanejamento dos recursos. Quanto à
126 Operação Noite Fria, a Comissão informou ter questionado a gestão acerca da suficiência
127 das metas, tendo recebido esclarecimentos de que a demanda reprimida não vinha sendo
128 identificada naquele momento. Diante disso, manifestou-se favoravelmente às duas
129 propostas. Após esclarecimentos quanto ao período de vigência do aditivo para a

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
CMAS**

130 alimentação, foi acordado que a autorização deveria ser limitada até 31 de dezembro de
131 2026, ou até a implantação do novo serviço, caso esta ocorresse primeiro. A Presidente
132 colocou em votação a prorrogação da oferta de trinta refeições diárias no pernoite, no
133 valor de até R\$ 16.200,00 mensais, bem como o aporte adicional de R\$ 50.000,00 para a
134 Operação Noite Fria. As duas propostas foram aprovadas pela plenária. Na sequência,
135 passou-se ao item incluído na pauta referente à revisão da resolução relacionada à
136 proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS para o
137 exercício de 2027. Ana Cristina explicou que havia solicitado a inclusão do assunto após
138 tomar conhecimento da minuta da resolução referente à reunião extraordinária anterior,
139 na qual constava a aprovação da proposta orçamentária no valor de R\$128.764.000,00,
140 acompanhada de recomendação de complementação de recursos. A conselheira relatou
141 que seu entendimento, durante a reunião anterior, havia sido de que o Conselho havia
142 aprovado a proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor
143 de R\$ 131.870.000,00 de recursos livres, e que, por esse motivo, considerava necessário
144 revisar a redação antes de sua publicação. Tatiana Stechi apresentou esclarecimentos
145 sobre a composição dos valores orçamentários. Informou que o cenário inicialmente
146 encaminhado pela Secretaria Municipal de Planejamento contemplava R\$128.764.000,00
147 de recursos livres e R\$ 6.109.000,00 de recursos vinculados, totalizando R\$
148 134.873.000,00. Explicou que, diante da avaliação realizada pela Secretaria quanto às
149 necessidades da política de assistência social, foi elaborada proposta de
150 R\$131.870.000,00 em recursos livres, mantendo-se os R\$ 6.109.000,00 de recursos
151 vinculados, totalizando R\$ 137.979.000,00. Informou ainda que essa proposta havia sido
152 encaminhada pela Secretaria de Assistência Social à Secretaria de Planejamento e que,
153 posteriormente, o planejamento solicitou sua adequação ao valor de R\$ 128.764.000,00
154 em recursos livres, mantendo os R\$6.109.000,00 de recursos vinculados. A apresentação
155 entregue ao Conselho registrava os dois cenários: o cenário da LOA, de
156 R\$134.873.000,00, e o cenário da proposta da SMAS, de R\$ 137.979.000,00. A discussão
157 concentrou-se na necessidade de que a resolução refletisse adequadamente aquilo que
158 havia sido deliberado pelo Conselho na reunião anterior. Denise Fank, integrante da
159 Comissão de Fundo, manifestou o entendimento de que a proposta analisada pela
160 Comissão e apresentada à plenária havia sido a da Secretaria, no valor de
161 R\$131.870.000,00 de recursos livres, totalizando R\$ 137.979.000,00 com os recursos
162 vinculados. Destacou que a indicação de complementação de recursos não deveria
163 substituir a proposta deliberada pelo Conselho, mas constituir encaminhamento para
164 busca de recursos adicionais. Cláudio ponderou que seria importante evitar a fixação de
165 um limite que pudesse restringir futuras articulações para obtenção de recursos,
166 considerando a possibilidade de busca de valores superiores ao montante inicialmente
167 discutido. Ana Cristina reiterou que, em seu entendimento, a resolução deveria registrar
168 a deliberação do Conselho realizada na reunião anterior, distinguindo-a do valor
169 posteriormente apresentado pelo Poder Executivo. Ressaltou que o Conselho não estaria
170 obrigado a simplesmente aprovar o valor disponibilizado, cabendo-lhe analisar a proposta
171 à luz das necessidades da política de assistência social. Jenifer, embora não tivesse
172 participado da reunião anterior, destacou a importância de que a redação da resolução

**Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
CMAS**

173 deixasse claro o posicionamento do Conselho e registrasse que o valor apresentado não
174 seria suficiente para contemplar todas as necessidades e possibilidades de ampliação das
175 ofertas. Durante a discussão, também foram levantadas questões relacionadas ao processo
176 de elaboração e conferência das resoluções do Conselho. Selma explicou que as
177 resoluções são elaboradas a partir das deliberações da plenária e posteriormente
178 encaminhadas para os procedimentos administrativos necessários à publicação,
179 ressaltando que a situação ocorrida demonstrava a necessidade de maior clareza no
180 momento das votações. Foi defendida a adoção de mecanismos que permitam registrar,
181 durante a própria reunião, os valores, condições e demais elementos essenciais das
182 deliberações que deverão constar nas resoluções, de modo a reduzir possibilidades de
183 interpretações divergentes. Adriana Santos sugeriu que, para cada ponto que demandasse
184 resolução, fosse utilizada uma planilha ou registro objetivo contendo o conteúdo exato da
185 deliberação, incluindo valores, condições e eventuais ressalvas. A Presidente destacou
186 que a discussão também evidenciava a necessidade de aperfeiçoar o fluxo de elaboração
187 e conferência das resoluções, de modo a fortalecer a autonomia do Conselho e assegurar
188 que o texto publicado corresponda ao conteúdo efetivamente deliberado em plenária.
189 Ressaltou que a Mesa Diretora deveria avaliar previamente as resoluções antes de sua
190 publicação. Durante a discussão, também se reconheceu a complexidade de transformar
191 em texto normativo uma discussão realizada em plenária, especialmente quando são
192 apresentados diferentes cenários orçamentários. Após a análise coletiva da minuta, a
193 plenária deliberou pela revisão da resolução, passando a constar a aprovação da proposta
194 orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2027 no valor
195 total de R\$ 137.979.000,00, sendo R\$ 131.870.000,00 de recursos livres e R\$
196 6.109.000,00 de recursos vinculados. A redação também registrou que o valor
197 orçamentário proposto pelo Poder Executivo Municipal, de R\$ 134.873.000,00, sendo R\$
198 128.764.000,00 de recursos livres e R\$ 6.109.000,00 de recursos vinculados, não atende
199 às prioridades e necessidades de manutenção da estrutura dos serviços, programas,
200 projetos e benefícios da Política de Assistência Social, conforme estudo técnico
201 apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Por fim, foi mantida a
202 recomendação ao Poder Executivo Municipal para complementação dos recursos
203 destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social, de modo a assegurar a integralidade
204 do valor apresentado pela SMAS. Também foi ajustada a referência à legislação
205 orçamentária, retirando-se menção à LDO, por se tratar de deliberação relativa à LOA. A
206 redação final foi lida e analisada coletivamente pela plenária, com ajustes no artigo
207 primeiro para deixar expressamente indicado que o valor aprovado correspondia à
208 proposta elaborada a partir do estudo técnico apresentado pela Secretaria Municipal de
209 Assistência Social. A plenária também discutiu a conveniência de manter a redação sem
210 fixar, no artigo de recomendação, um valor adicional específico, optando-se pela
211 referência à integralidade do valor apresentado pela SMAS. Ao final da discussão, Tatiana
212 Stechi consultou o Conselho sobre a possibilidade de a Secretaria apresentar, em reunião
213 posterior, informações acerca da adequação da proposta orçamentária ao valor de
214 R\$128.764.000,00 de recursos livres e dos impactos decorrentes dessa adequação. A
215 Presidente considerou pertinente que o assunto fosse apresentado posteriormente como



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitschek, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

216 informe, especialmente no contexto do acompanhamento pelo Conselho e da elaboração
217 do documento que seria encaminhado no âmbito das articulações relacionadas ao
218 orçamento. Considerando o horário avançado e a redução do número de conselheiros
219 presentes, a Presidente verificou a presença de treze conselheiros naquele momento e,
220 após manifestação da plenária quanto à necessidade de quórum e participação mais ampla
221 para os demais assuntos, decidiu-se pelo encerramento da reunião, ficando para momento
222 posterior os itens relativos ao relato da participação no Fórum de Controle Social do
223 Tribunal de Contas do Estado, à resposta encaminhada pelo CMAS de Tamarana, ao
224 cronograma das comissões e demais relatos e informes que não haviam sido apreciados.
225 Foi informado que a composição e o cronograma das comissões seriam disponibilizados
226 no grupo do Conselho para que os conselheiros pudessem reavaliar sua participação,
227 considerando a concentração de membros em algumas comissões e a necessidade de
228 ampliar a participação dos conselheiros. Assim, nada mais havendo a tratar, a Presidente
229 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 15:40 horas. E, para constar, eu,
230 Ana Cristina Góis Fuentes, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será publicada.